

Alação do esquema cafeeiro

ará quota IBC (Instituto Brasileiro do Café). Esta poderá servir para complementação da atual "série direta", independentemente, contudo, o seu faturamento desta conjugação. Fica facultado aos vendedores, optar por esta fórmula ou pela do atual esquema financeiro saneado pelas alterações propostas:

3.º) Estender aos cafés depositados nos portos, liberados ou não, as compras previstas no regime de garantia de preços mínimos e retirada dos excedentes, de acordo com o previsto no esquema financeiro, com as alterações propostas;

4.º) Antecipar as compras, pelo faturamento imediato ao Instituto Brasileiro do Café, de todos os cafés classificados de acordo com as normas adotadas no esquema e as agora propostas para a quota IBC.

5.º) Para a compra dos cafés da quota IBC (retida definitiva), serão pagos os preços de acordo com a tabela abaixo, preços estes, líquidos para os vendedores, no interior:

Tipo	7	—	Cr\$ 3.000,00
"	6/7	—	Cr\$ 3.200,00
"	6	—	Cr\$ 3.400,00
"	5/6	—	Cr\$ 3.600,00
"	5	—	Cr\$ 3.800,00
"	4/5	—	Cr\$ 4.000,00
"	4	—	Cr\$ 4.200,00
"	3/4	—	Cr\$ 4.400,00

6.º) A fim de antecipar os pagamentos das compras de todos os cafés por parte do Instituto Brasileiro do Café, que passará a ser intermediário, será estabelecido um sistema de saques dos vendedores contra a autarquia, até 180 dias de prazo, correndo as despesas bancárias por conta do I.B.C.

Para a cobertura financeira desta proposta, devem existir recursos provenientes de vendas de café dos estoques do Instituto Brasileiro do Café e da diferença do valor do dólar-café da Instrução n.º 204 da SLIMOC, bem como das quotas de contribuição impostas pela Instrução n.º 205 da mesma.

Adotadas as medidas propostas, está certa esta entidade que se obterá a necessária tranqüilidade no ambiente cafeeiro, tanto interno como externo, com reflexos benéficos também para as administrações estaduais que têm no café sua principal fonte de receita.

Nesta hora de aflições dos cafeicultores e de toda a população brasileira, manifesta a Sociedade Rural Brasileira confiança no atual Governo, que, por certo, saberá corrigir as anomalias da presente situação cafeieira."

PROVIDÊNCIAS DA S. R. B. PARA ATENUAR A CRISE PROVOCADA PELA SECA

O dr. Luís de Toledo Piza Sobrinho, presidente em exercício da Sociedade Rural Brasileira, endereçou o seguinte telegrama ao dr. Tancredo Neves, presidente do Conselho de Ministros:

"A Sociedade Rural Brasileira, por sua Diretoria e Conselho Consultivo ontem reunidos, diante dos calamitosos efeitos da intensa seca deste ano, a maior há setenta anos verificada neste Estado, segundo dados e observações do Instituto Agrônomo de Campinas, vem apelar ao eminente Chefe do Governo a sua patriótica atenção para os telegramas hoje enviados por esta entidade aos srs. Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Fazenda e Presidente do Instituto Brasileiro do Café solicitando medidas dependentes dos seus setores administrativos que venham conjurar a aflitiva situação dos agricultores paulistas. Certa que na primeira reunião o ilustre Conselho de Ministros, presidido por v. ex.ªcia., acolherá com compreensão este angustioso apelo para evitar consequências sociais de suma gravidade neste Estado, apresenta atenciosas saudações." (a) Luís Piza Sobrinho — presidente em exercício.

—:0:—

As medidas solicitadas pela Sociedade Rural Brasileira, nos telegramas acima referidos, aos srs. Ulysses Guimarães, Ministro da Indústria e Comércio, Walter Moreira Salles, Ministro da Fazenda, e ao Embaixador Sérgio Armando Frazão, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, a propósito dos efeitos da estiagem em nosso Estado, são respectivamente: a) apressamento na tramitação no Congresso do oportuno projeto que o dr. Ulysses Guimarães apresentou à Câmara quando deputado, pelo qual se prorrogam os vencimentos dos débitos dos lavradores, todas vezes que se verificarem graves perturbações climáticas, como ora acontece em nosso Estado, com sacrifício total da safra de café e de outras culturas, impossibilitando os lavradores a cumprir os seus compromissos e manter operários agrícolas em suas propriedades; b) concessão pelo Banco do Brasil de condições especiais para o custeio de fazendas de café, independente da avaliação da safra, a fim de poderem os proprietários atender à manutenção de colonos e empregados, que estão sob pena de dispensa em massa, o que ocasionaria grave convulsão social. Os débitos do atual ano agrícola se saldarão com o produto da safra posterior; e c) prorrogação de um ano para o pagamento das prestações dos débitos dos cafeicultores no Instituto Brasileiro do Café, oriundos da compra de fertilizantes e tratores, bem como execução imediata do plano de erradicação dos cafezais antieconômicos, aproveitando a oportunidade oferecida pelo sacrifício total da safra futura, por motivo da prolongada estiagem.

O Brasil precisa de governo honesto e competente, num sério regime de austeridade administrativa. O exemplo tem que vir do alto. Não é com esbanjamentos que o povo poderá viver e prosperar. Isso só traz o desalento e a loucura.

Precisamos de governantes da velha tempera de um Campos Salles, que tinha capacidade, opinião e junto a coragem para pôr em prática seus desígnios, a fim de salvar a pátria do descalabro, à custa de sua própria popularidade política. Esse era estadista" — concluiu.

O dr. Renato da Costa Lima, presidente da Sociedade Rural Brasileira, após apreciar as declarações do dr. Queirós Telles, destacou que o novo governo que se inicia deve receber um voto de confiança de todos os interessados na solução dos graves problemas que afligem o país.

Salientando a prudência e serenidade do sr. João Goulart, em prol do bem-estar da Nação, ao enfrentar a crise política dos últimos dias, frisou o dr. Costa Lima que confia nas diretrizes adotadas pelo novo governo para, progressivamente, solucionar as dificuldades por que passa o meio agro-pecuário.

Por sua vez, o dr. Antonio de Queirós Telles manifestou a esperança de que o Presidente João Goulart faça um governo nos moldes de um Campos Salles.

onomia Nacional

Sem adubação nossa agricultura é deficitária, pois não chega a produzir para cobrir as despesas do seu amanho. No entanto o que vemos, Governo e Congresso juntos, em nada se apressam com o fim de assistí-la. Pelo contrário, por mais absurdo que pareça, o que o governo tem feito, consiste em aumentar o custo da produção, como estão fazendo as medidas da tarifa alfandegária protecionista que se impõe cada vez mais ao país.

Em quatro anos, de 1957 até o presente, o preço dos adubos elevou-se de 300% ou seja, 4 vezes! Sómente neste último ano seu incremento orçou por 150%! Está simplesmente proibitivo o seu uso, e sem ele como elevar a produção da terra?

E ainda por cima, muito em breve, teremos novos aumentos de salários com mínimos atualizados por determinação governamental, com o que se estranhará de uma vez a produção da terra.